

**CLASSMED**

PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ 01.328.535/0001-59 - Inscr. Est. 903.13375-90

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

EXMO.(A) GETOR (A) DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCURADORIA JURÍDICA

PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS

Art. 17 do Decreto nº. 7.892/2013

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos - CIOP
RG: 42.187.355-3Recebido em
27/04/2018

CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sediada à Pica-Pau, 1.211, Centro, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.328.535/0001-59, vem, respeitosamente à honrosa presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 65, d, da Lei 8.666/93 e 17 do Decreto nº. 7.892/2013, para requerer a revisão/recomposição de preços apresentados em proposta vencedora, diante do aumento do custo, pelas razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. DOS FATOS:

1.1. Vale ressaltar que a **CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, é uma empresa atuante há muito tempo no mercado de Fornecimento de Produtos Hospitalares, reconhecidamente cumpridora de suas obrigações legais e sociais, especialmente quanto ao fiel cumprimento dos contratos firmados com a administração pública de diversos Municípios brasileiros.

No ano de 2017, esta Empresa apresentou proposta em devido procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial (Pregão nº. 05/2017), e sagrou-se parcialmente vencedora do certame, por apresentar a de menor preço.



2600/

A partir disto, o fornecimento vem sendo fielmente cumprido, sempre quando solicitada a entrega dos produtos licitados.

Muito embora a obrigação venha sendo cumprida em sua totalidade, com a devida entrega dos produtos solicitados/empenhados, faz-se necessário pontuar o **aumento de preço EXTRAORDINÁRIO E IMPREVISÍVEL dos itens NIMODIPINO 30 MG cerca de 103,40% de aumento de custo e TRAMADOL 50 MG/ML cerca de 100%** sendo que o aumento se comprova pelas notas fiscais anexas, uma datada da época da proposta, e outra atual, demonstrando a evolução do preço, bastando comparar o valor unitário constantes das duas notas para chegar-se ao percentual indicado.

Este pedido, como se verá, tem o propósito de recompor o preço da proposta registrada no mesmo percentual de aumento do valor de mercado (fabricante), a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença.

2. DAS RAZÕES - AUMENTO DE PREÇO DO ITEM - NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - INTELIGÊNCIA DO ART. 17 DO DECRETO Nº. 7.892/2013.

Sabe-se que é plenamente admitida a revisão dos preços como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando demonstrado o aumento dos custos dos produtos constante da proposta.

Inclusive há previsão expressa na Ata de Registro de Preços, consoante Cláusula 6ª, a saber:

***"DAS REVISÕES:** Durante a validade desta Ata os preços permanecerão fixos e irrevogáveis. Excepcionalmente, nos termos do art. 65, II, alínea "d", da Lei 8666/93, o preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores".*

Consoante se denota, a proposta fora firmada em outubro de 2017, ou seja, há quase 7 (sete) meses, cuja manutenção de alguns preços como previstos na proposta redundaria em grande prejuízo a este

AM

2.601
fornecedor que, como demonstrará, faz jus à revisão, a fim de manter-se o equilíbrio econômico financeiro.

É de conhecimento geral de quem milita na área de saúde de que medicamentos tem prazos de validade muito curtos, impedindo-se a estocagem por grande período de tempo, sob pena de perecimento do produto, de modo que não é recomendável que a Empresa tenha grande quantidade de produtos armazenados, até porque a Administração pode ou não realizar os pedidos, e caso não realize, os produtos seriam perdidos pelo decurso da validade.

Em casos de desequilíbrio econômico-financeiro da proposta originária registrada, a legislação de regência, especialmente capitaneada **pelo recente Decreto 7.892/2013** e pela Lei 8.666/93 prevê a possibilidade de realizar-se revisão para o fim de readequar o preço à realidade do mercado, eis que é certo que as Empresas fornecedoras não podem ser prejudicadas pelo aumento excessivo dos custos.

Em razão disto, a revisão/recomposição é autorizada pela lei, conforme art. 65, d, da Lei 8.666/93, que prevê:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Especialmente sobre o caso em apreço, a revisão é também plenamente possível, consoante disposição do art. 17 do Decreto 7.892/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (aplicável ao pregão), que prevê:

ART. 17. OS PREÇOS REGISTRADOS PODERÃO SER REVISTOS EM DECORRÊNCIA DE EVENTUAL REDUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO OU DE FATO

AM

2607

QUE ELEVE O CUSTO DOS SERVIÇOS OU BENS REGISTRADOS, CABENDO AO ÓRGÃO GERENCIADOR PROMOVER AS NEGOCIAÇÕES JUNTO AOS FORNECEDORES, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA ALÍNEA "D" DO INCISO II DO CAPUT DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

Outrossim, neste aspecto, mudando o que se deve para a devida interpretação, tem-se a disposição art. 19 do mesmo Decreto:

ART. 19. QUANDO O PREÇO DE MERCADO TORNAR-SE SUPERIOR AOS PREÇOS REGISTRADOS E O FORNECEDOR NÃO PUDE CUMPRIR O COMPROMISSO, O ÓRGÃO GERENCIADOR PODERÁ: I - LIBERAR O FORNECEDOR DO COMPROMISSO ASSUMIDO, CASO A COMUNICAÇÃO OCORRA ANTES DO PEDIDO DE FORNECIMENTO, E SEM APLICAÇÃO DA PENALIDADE SE CONFIRMADA A VERACIDADE DOS MOTIVOS E COMPROVANTES APRESENTADOS; E II - CONVOCAR OS DEMAIS FORNECEDORES PARA ASSEGURAR IGUAL OPORTUNIDADE DE NEGOCIAÇÃO.

Deste modo, é evidente no caso em apreço que houve o comprovado e imprevisto aumento de custo dos produtos, ao passo que caso haja a revisão, com a devida manutenção do equilíbrio econômico financeiro, se compromete a manter a entrega dos itens.

Assim, os itens listados na tabela abaixo sofreram aumento de custo, de modo que merecem revisão. Repare-se que este pedido se limita a recompor o preço apenas no percentual do aumento do custo (diferença percentual entre custo anterior e custo atual, aplicado sobre o preço registrado), sem incluir qualquer valor a mais. Ora, se o preço do fabricante subiu, o preço registrado merece a mesma revisão, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.

Para melhor compreensão, junta-se a tabela abaixo, em que consta o preço anterior, o aumento percentual no período compreendido entre a data da proposta e a data recente, chegando-se ao preço atual do item:

AM

2.607

Item	Valor licitado (R\$)	Aumento sofrido (%)	Valor Recomposto(R\$)
NIMODIPINO 30 MG 290	0,128	103,4%	0,26
TRAMADOL 50 MG/ML 334	0,512	100%	1,024

A entrega dos produtos abaixo do preço atual onerará sobremaneira esta Empresa, que acaso tiver que entregar os produtos sem a devida revisão do preço, experimentará enorme prejuízo.

Acaso não seja este o entendimento deste órgão, requer a liberação desta Empresa da obrigação de entregar referidos itens (cancelamento), sem qualquer sanção, nos exatos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013 (acima citado), diante do comprovado e indiscutível aumento de preço verificado.

Logo, o pedido revisão ou a liberação do fornecedor da entrega dos itens em que houve o aumento do preço é um direito desta Empresa, nos termos do Decreto 7.892/2013.

3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS.

Ante a todo o exposto, com base nas disposições legais, jurisprudenciais e doutrinárias indicadas nesta defesa administrativa, a **CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** requer:

1. A revisão do preço dos itens constantes da tabela acima, passando-se ao justo valor atual de indicado no campo "valor



2609/

recomposto", nos termos do art. 65, "d", da Lei de Licitações e art. 17 do Decreto 7.892/2013;

2. Alternativamente, caso seja indeferido o pedido anterior, que seja liberada da obrigação de entregar o item indicado ("cancelamento do item"), sem qualquer ônus ou sanção, nos termos do art. 19 do Decreto 7.892/2013;

3. Ressalte-se, por fim, que o presente requerimento não implica em qualquer descumprimento de obrigação e/ou recusa de fornecimento de qualquer item ou produto registrado já requisitado (empenhado etc.), ao passo que todos os pedidos de fornecimentos realizados até a data deste requerimento foram e serão entregues. Além disto, refere-se apenas e tão somente ao item específico indicado.

Acaso o presente pedido não seja acatado, requer seja notificada formalmente da decisão, a fim de tomar as medidas pertinentes a respeito do tema.

Termos em que, com os i. documentos, j. aos autos, p. r. DEFERIMENTO.

De Arapongas-PR, para
Presidente Prudente, 18 de abril de 2017.


Classmed - Produtos Hospitalares Ltda.

01328535/0001-59

CLASSMED - PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA. - M.E.

Rua Pica Pau N°. 1.211

CEP: 86701-040

ARAPONGAS - PR

RECEBEMOS DE HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 30/11/2017 VALOR TOTAL: R\$ 3.900,00 DESTINATÁRIO: CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - RUA PICA-PAU, N 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

NF-e

Nº. 000.105.940
Série 003

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA

ANEL RODOVIÁRIO CELSO MELLO AZEVEDO, 23220
EYMARD - 31910-585
BELO HORIZONTE - MG Fone/Fax: 3134081800

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.105.940
Série 003
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3117 1119 5707 2000 0382 5500 3000 1059 4011 0499 7972

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131172764458815 - 30/11/2017 17:55:57

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0624258990158

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

19.570.720/0003-82

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO

RUA PICA-PAU, N 1211

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

UF

PR

FONE / FAX

CNPJ / CPF

01.328.535/0001-59

DATA DA EMISSÃO

30/11/2017

CEP

86701-040

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	0105940/01	Num.	0105940/02	Num.	0105940/03	Num.	0105940/04
Venc.	30/12/2017	Venc.	09/01/2018	Venc.	19/01/2018	Venc.	29/01/2018
Valor	R\$ 975,00	Valor	R\$ 975,00	Valor	R\$ 975,00	Valor	R\$ 975,00

CULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
3.900,00	468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,90	3.900,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESKOTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386,10	3.900,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA

ENDEREÇO

AV. SAGITARIO 560 DIST. INDUSTRIAL

QUANTIDADE

3

ESPÉCIE

CAIXA(S)

MARCA

HIPOLABOR FARMACEUTI

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

CONTAGEM

PLACA DO VEÍCULO

MG

UF

MG

CNPJ / CPF

60.664.828/0066-11

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1865448680170

PESO BRUTO

17,250

PESO LÍQUIDO

17,250

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
10010027	CLORIDRATO TRAMADOL 50MG/ML GEN CX 100AMP X 1M PMC: 0 Lote: AW-029/17 Qte: 5 Lote: AW-029/17 Quant: 50.000 Fab: 12/11/2017 Val: 31/10/2019 PMC: 0.00	30039049	000	6101	CX	50,0000	78,0000	3.900,00	3.900,00	468,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf Contribuinte: ICMS ST FRETE POR CONTA DO REMETENTE ART. 4º DO ANEXO XV DO RICMS-MG Pedido: 13830
Email do Destinatário: ruimarroni@hotmail.com
mailDest: ruimarroni@hotmail.com

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO EMISSÃO: 06/09/2017 VALOR TOTAL: R\$ 2.730,00 DESTINATÁRIO: CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - RUA PICA-PAU, N 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.103.384

Série 003

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA

ANEL RODOVIARIO CELSO MELLO AZEVEDO, 23220
EYMARD - 31910-585
BELO HORIZONTE - MG Fone/Fax: 3134081800

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.103.384
Série 003
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3117 0919 5707 2000 0382 5500 3000 1033 8419 0398 0204

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131172672537529 - 06/09/2017 10:36:34

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0624258990158

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

19.570.720/0003-82

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO

RUA PICA-PAU, N 1211

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

86701-040

UF

PR

FONE / FAX

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

DATA DA EMISSÃO

06/09/2017

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	0103384/01	Num.	0103384/02	Num.	0103384/03	Num.	0103384/04
Venc.	16/10/2017	Venc.	26/10/2017	Venc.	05/11/2017	Venc.	15/11/2017
Valor	R\$ 682,50	Valor	R\$ 682,50	Valor	R\$ 682,50	Valor	R\$ 682,50

CULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
2.730,00	327,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,33	2.730,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,27	2.730,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA

ENDEREÇO

AV. SAGITARIO 560 DIST. INDUSTRIAL

QUANTIDADE

4

ESPÉCIE

CAIXA(S)

MARCA

HIPOLABOR FARMACEUTI

FRETE POR CONTA
(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

60.664.828/0066-11

MUNICÍPIO

CONTAGEM

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

1865448680170

PESO LÍQUIDO

24,150

24,150

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CT	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
10010027	CLORIDRATO TRAMADOL 50MG/ML GEN CX 100AMP X 1M PMC:314,08 Lote: AW-026/17 Qt Lote: AW-026/17 Quant: 70.000 Fab: 17/08/2017 Val: 31/07/2019 PMC: 314,08	30039049	000	6101	CX	70,0000	39,0000	2.730,00	2.730,00	327,60		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: ICMS ST FRETE POR CONTA DO REMETENTE ART. 4º DO ANEXO XV DO RICMS- MG Pedido: 11923
Email do Destinatário: ruimarroni@hotmail.com
mailDest: ruimarroni@hotmail.com

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 28/02/2018 VALOR TOTAL: R\$ 6.596,40 DESTINATÁRIO: CLASSMED PROD. HOSP. LTDA ME - R. PICA PAU, 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

NF-e
Nº. 000.097.362
Série 002

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.

RUA VPR 01,00, SN - MOD.1, QD.2A
DAIA - 75132-020
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 556239026100

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.097.362
Série 002
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5218 0230 2228 1400 0131 5500 2000 0973 6210 0041 1766

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152181145163366 - 28/02/2018 20:17:47

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA PROD LISTA POSITIVA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

101978014

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

30.222.814/0001-31

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED PROD. HOSP. LTDA ME

ENDEREÇO

R. PICA PAU, 1211

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

UF

PR

FONE / FAX

4332753105

CEP

86701-040

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

DATA DA EMISSÃO

28/02/2018

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

28/02/2018

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

18:30:00

FATURA / DUPLICATA

Num. 2 000097362A

Venc. 28/03/2018

Valor R\$ 2.198,80

Num. 2 000097362B

Venc. 04/04/2018

Valor R\$ 2.198,80

Num. 2 000097362C

Venc. 11/04/2018

Valor R\$ 2.198,80

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
6.596,40	791,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138,52	6.596,40
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	653,04	6.596,40

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TNT MERCURIO CARGAS E ENC EXPRESSAS S/A

ENDEREÇO

R. FELIPE CAMARAO, SN GALPAO A,B SALA 1

QUANTIDADE

23

ESPÉCIE

CAIXA/VOL.

MARCA

FRETE POR CONTA

(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

GO

CNPJ / CPF

95.591.723/0135-20

INSCRIÇÃO ESTADUAL

104340789

PESO LÍQUIDO

38,778

33,948

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	Q/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
000059	MIOCARDIL 30MG COM REV C/ 3X10 Lote: 045608 Quant: 1380.000 Fab: 15/01/2018 Val: 15/01/2020 PMC: 46.96	30049099	000	6101	CX	1.380,0000	4,7800	6.596,40	6.596,40	791,57		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: AGENDAR ENTREGA COM CLIENTE#N.Pedido: 0A4558#Duplicata(s) aglutinada(s) na Fatura
FAT-094784#Favor Conferir a Mercadoria, Não aceitamos reclamações posteriores Email do Destinatário: classmed@uol.com.br
matiana_classmed@hotmail.com
reginapereir
Inf. fisco: O REMETENTE PREENCHE OS REQUISITOS DA LEI 10.213/01

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 31/05/2017 VALOR TOTAL: R\$ 8.640,00 DESTINATÁRIO: CLASSMED PROD. HOSP. LTDA ME - R. PICA PAU, 1211 CENTRO ARAPONGAS-PR

NF-e
Nº. 000.088.007
Série 002

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.
RUA VPR 01,00, SN - MOD.1, QD.2A
DAIA - 75132-020
ANAPOLIS - GO Fone/Fax: 556239026100

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.088.007
Série 002
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

5217 0530 2228 1400 0131 5500 2000 0880 0710 0055 5506

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

152170738030513 - 31/05/2017 21:36:35

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA PROD LISTA POSITIVA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

101978014

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

30.222.814/0001-31

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

CLASSMED PROD. HOSP. LTDA ME

ENDEREÇO

R. PICA PAU, 1211

MUNICÍPIO

ARAPONGAS

CNPJ / CPF

01.328.535/0001-59

DATA DA EMISSÃO

31/05/2017

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

31/05/2017

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

18:30:00

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

86701-040

UF

PR

FONE / FAX

4332753105

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9031337590

FATURA / DUPLICATA

Num. 2 000088007A

Venc. 21/06/2017

Valor R\$ 1.728,00

Num.

2 000088007B

Venc.

28/06/2017

Valor

R\$ 1.728,00

Num.

2 000088007C

Venc.

05/07/2017

Valor

R\$ 1.728,00

Num.

2 000088007D

Venc.

12/07/2017

Valor

R\$ 1.728,00

Num.

2 000088007E

Venc.

19/07/2017

Valor

R\$ 1.728,00

CULCO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS

8.640,00

VALOR DO ICMS

1.036,80

BASE DE CÁLC. ICMS S.T.

0,00

VALOR DO ICMS SUBST.

0,00

V. IMP. IMPORTAÇÃO

0,00

V. ICMS UF REMET.

0,00

VALOR DO FCP

0,00

VALOR DO PIS

181,44

V. TOTAL PRODUTOS

8.640,00

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS

0,00

VALOR TOTAL IPI

0,00

V. ICMS UF DEST.

0,00

V. TOT. TRIB.

0,00

VALOR DA COFINS

855,36

V. TOTAL DA NOTA

8.640,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TNT MERCURIO CARGAS E ENC EXPRESSAS S/A

ENDEREÇO

R. FELIPE CAMARAO, SN GALPAO A,B SALA 1

QUANTIDADE

61

ESPÉCIE

CAIXA/VOL.

MARCA

FRETE POR CONTA
(0) Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEICULO

UF

GO

CNPJ / CPF

95.591.723/0135-20

INSCRIÇÃO ESTADUAL

104340789

MUNICÍPIO

GOIANIA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

101,916

PESO LÍQUIDO

89,046

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
000059	MIOCARDIL 30MG COM REV C/ 3X10 Lote: 42956 Quant: 3360.000 Fab: 21/03/2017 Val: 21/03/2019 PMC: 46.96	30049099	000	6101	CX	3.360,0000	2,3500	7.896,00	7.896,00	947,52		12,00	
000058	VERTIZAN 10MG COM 2X25 Lote: 43247 Quant: 300.000 Fab: 02/05/2017 Val: 02/05/2019 PMC: 11.43	30049062	000	6101	CX	300,0000	2,4800	744,00	744,00	89,28		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf Contribuinte: COTACAO 17751/17 // AGENDAR ENTREGA COM CLIENTE#N.Pedido: 78324#Duplicata(s) aglutinada(s) na Fatura FAT-089144#ENTREGAR EM R. PICA PAU, 1.211 CENTRO ARAPONGAS -PR#Favor Conferir a Mercadoria, Não aceitamos reclamações posteriores Email do Destinatário: classmed@uol.com.br
rauwana_classmed@hotmail.com
reginaapereir
Inf fisco: O REMETENTE PREENCHE OS REQUISITOS DA LEI 10.213/01

RESERVADO AO FISCO

MEMORANDO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro c.c. Solicitação de cancelamento - Pregão Presencial – SRP - nº 05/2017 – Ata nº 07/2017

Interessado: Classmed – Produtos Hospitalares Ltda.

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa Classmed – Produtos Hospitalares Ltda, às fls. 2.599/2.608, detentora da Ata de Registro de Preços nº 07/2017 (fls. 2.445/2.456) para eventual deferimento de Reequilíbrio Econômico Financeiro sobre os itens 290 – Nimodipino 30 mg e 134 – Tramadol 50 mg/ml.

Solicita também, alternativamente, o cancelamento dos itens no caso de indeferimento do pedido inicial.

Diante do exposto, após a elaboração de prévio Parecer, a solicitação será encaminhada do Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 02 de maio de 2018


MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 07 / 05 /2018

Setor Jurídico:


Rangel Strasser Filho

OAB/SP 309.164



2610
/

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DO PREÇO DOS ITENS -
TRAMADOL 50 MG/ML E NIMODIPINO 30 MG -
ALTERNATIVAMENTE - CANCELAMENTO DOS ITENS.**

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de revisão do preço dos itens TRAMADOL 50 MG/ML e NIMODIPINO 30 MG, cuja licitante vencedora foi a empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sob a justificativa de "aumento de preço extraordinário e imprevisível".

2. A solicitante realizou o pedido de revisão dos preços dos itens TRAMADOL 50 MG/ML e NIMODIPINO 30 MG às fls. 2.599/2.604, e juntou documentos em fls. 2.605/2.608 (notas fiscais). Alternativamente, no caso de indeferimento do pedido de revisão, que então seja acolhido o pedido de cancelamento dos mesmos itens aqui referenciados.

3. Os documentos ora analisados são: solicitação de revisão ou cancelamento dos itens 134 (tramadol) e 290 (nimodipino), recebido/protocolado em 27/04/2018; documentos fls. 2.605/2.606 (notas fiscais);

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao requerimento de revisão ou cancelamento no fornecimento dos itens 134 - TRAMADOL 50MG/ML e NIMODIPINO 30 MG, licitados no Pregão PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 SRP MEDICAMENTOS NÃO RENAME - PROCESSO Nº 35/2017 pactuados com a empresa requerente, CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, versando, em síntese, "o aumento de preço extraordinário e imprevisível".



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade da revisão ou cancelamento pleiteados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. Narra a empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA que é atuante há muito tempo no mercado de fornecimento de produtos hospitalares, bem como cumpridora de obrigações legais, sociais e contratuais.

8. Invoca aumento de preço extraordinário e imprevisível dos já mencionados itens que se logrou vencedora, tornando-a, assim, merecedora de haver deferido o pedido para manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual. As fundamentações do petitante foram com base na ATA de Registro de Preços, cláusula 6ª, Lei de Licitações, e Decreto 7.892/2013.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 2.605/2.608 (notas fiscais).

10. Pois bem.

11. O cerne do pleiteado pela empresa requerente cinge-se em verificar a existência de fato superveniente, imprevisível e fortuito que justifique o acolhimento da desistência perseguida.



-262

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12. Nesse sentido, o §6º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, dispõe ser inaceitável a desistência de proposta após a fase de habilitação, "salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão".

13. Tem se por motivo justo o que propicia uma situação de injustiça e de desequilíbrio no contratação e, por fato superveniente, o que ocorreu depois da fase de habilitação ou da formulação da proposta.

14. Sendo público e notório que o pregão se caracteriza pela inversão das fases, com a fase de habilitação após a de julgamento das propostas, o descrito na lei de Licitações incentivaria a participação irresponsável na fase de lances, podendo o licitante manifestar sua desistência depois de conhecer os preços dos demais concorrentes, o que é inadmissível. Certamente, essa não era a intenção do legislador.

15. Doutro norte, a Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, não cogita qualquer hipótese de desistência de propostas, inferindo-se da norma a intenção de impor aos licitantes o dever de honrar a proposta formulada, rejeitando-se qualquer atuação destituída de comprometimento coma confiança que o Estado depositou no particular. Ademais, a rapidez no certame, que propicia o encerramento da disputa em breve espaço de tempo, também é pouco compatível com a desistência imotivada.

16. Por analogia, vislumbramos a solução contemplada no artigo 21, §4º, do Decreto nº 5.450/2005, que disciplina o pregão eletrônico. Ao analisar o referido artigo, leciona Marçal Justen Filho que: "Ali está previsto que o sujeito pode retirar (ou substituir) a sua proposta até a abertura da sessão de pregão. Ou seja, iniciadas as atividades licitatórias, em sentido próprio, não cabe a desistência (in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 610).

17. No caso em comento, não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta da empresa CLASSMED inexecutável, como também não enxerga um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço extraordinário e imprevisível", pois juntou apenas notas fiscais. Sobre notas fiscais pontuo, resumidamente: Notas Fiscais, tão somente, não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2615
4

comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio. Porém é preciso muito mais do que uma simples alteração nos preços de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não as causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Elas até podem provar as consequências, mas não as causas. Por isso, a parte interessada deve sempre instruir seu pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

18. Com efeito, não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, recusar-se a entregar os itens registrados em ata, principalmente por haver no mercado consumidor outros fabricantes do epigrafado medicamento.

19. Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos do procedimento licitatório é o de selecionar a melhor proposta, espera-se que ela seja feita com a acuidade e seriedade necessária pelo interessado em contratar com a Administração Pública.

20. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas

X



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

21. Na hipótese do não inadimplemento das propostas exaradas pela empresa CLASSMED, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

22. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

23. Portanto, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega dos itens registrados em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega dos itens em que a empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.



2616
9/

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

CONCLUSÃO

24. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo mantimento dos valores registrados e solicitação dos itens em que a empresa CLASSMED sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 07 de junho de 2018.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO

Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Processo Licitatório nº 35/2017

Modalidade: Pregão Presencial – SRP – nº 05/2017

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços de Medicamentos não incluídos na RENAME para Municípios Consorciados

Assunto: Solicitação de revisão/cancelamento dos itens 290 e 134

Interessado: Classmed – Produtos Hospitalares Ltda.

Trata-se de pedido de revisão ou cancelamento dos itens 290 (Nimodipino 30 mg) e 134 (Tramadol 50 mg/ml).

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 2.610/2.616, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** das solicitações realizadas pela empresa **CLASSMED – PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – ME, CNPJ: 01.328.535/0001-59**, mantendo-se os preços registrados sob pena das sanções administrativas previstas.

Encaminhe-se para publicidade aos interessados.

Presidente Prudente, 07 de junho de 2018.



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo – CIOP

Data da assinatura: 19/06/2018.
Sílvia Gabriel - Prefeita